

CAPITALISMO, OCUPAÇÕES POPULARES E A APROPRIAÇÃO DOS MÚLTIPLOS DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL: um estudo agroecológico sobre as comunidades do Distrito Urbano-Industrial do Jatobá, Barreiro, Belo Horizonte – MG¹

VAGNER LUCIANO DE ANDRADE²

RESUMO: O ano de 1992 foi um marco mundial para o Meio Ambiente. Em 15 de outubro, o Prefeito de Belo Horizonte, no uso de suas atribuições legais, através do decreto nº 7.392, criou o Parque Agroecológico Vale do Jatobá constituído pelas oito áreas verdes remanescentes de parcelamentos em diferentes quarteirões dos Bairros Conjunto Jatobá I, Conjunto Jatobá II, Conjunto Jatobá III, Distrito Industrial do Jatobá, Jardim Vale do Jatobá, na Regional Barreiro. A Administração Municipal providenciaria posteriormente a elaboração de projeto técnico da área, para fins agrícolas, ecológicos e de educação ambiental. O Parque Agroecológico Vale do Jatobá teria uma comissão consultiva, com a finalidade de contribuir para sua gestão, opinando sobre sua manutenção e atividades a serem ali desenvolvidas. Perfazendo um total de 457.787,51 metros quadrados, parte dos terrenos pertenciam ao poder público estadual sob gestão da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI/MG. A ideia era associar diferentes atores sociais como empresários e pequenos produtores rurais em políticas públicas Regionais de ação sociocultural, desenvolvimento socioeconômico, meio ambiente e trabalho, incluindo a articulação entre diferentes Secretarias da Administração Municipal. Este Decreto em vigor desde a data de sua publicação, reaparece quase três décadas depois na rediscussão dos usos atuais desses espaços públicos, e evidenciando as ocupações existentes como protagonistas na reconstrução dos cenários agroecológicos preteritamente idealizados. Assim o artigo através de revisão bibliográfica e pesquisa cartográfica, resgata a essência da discussão humanística que associa dignidade e ecologia e cujo movimento sustentável em construção na região estudada, revoga todas as disposições capitalistas e/ou de interesses privados contrárias à inclusão e à transformação socioambiental e cultural da região.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia, Capitalismo, Economia Solidária, Etnobotânica, Moradia Digna

¹Pesquisa desenvolvida no âmbito da disciplina de Cadeias e Arranjos Produtivos Locais (modalidade à distância) integralizada como disciplina optativa no Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio regularmente ofertado pela Universidade de Taubaté - UNITAU, Estado de São Paulo.

² Bacharel-licenciado em Geografia e Análise Ambiental (UNI-BH/2007), licenciado em História (UNICESUMAR/2018) e especialista na área de Educação, Patrimônio e Paisagem Cultural (Filosofia da Arte e Educação, Metodologia de Ensino de História, Museografia e Patrimônio Cultural, Políticas Públicas Municipais). Licenciado em Ciências Biológicas (FIAR/2018), Tecnólogo em Gestão Ambiental (UNICESUMAR/2019) e especialista na área de Educação, Patrimônio e Paisagem Natural (Administração escolar, Orientação e Supervisão, Ecologia e Monitoramento Ambiental, Gestão e Educação Ambiental, Metodologia de Ensino de Ciências Biológicas)

ABSTRACT: 1992 was a world landmark for the Environment. On October 15, the Mayor of Belo Horizonte, in the use of its legal attributions, through decree nº 7,392, created the Vale do Jatobá Agroecological Park consisting of the eight remaining green areas of installments in different blocks of the Conjunto Jatobá I, Conjunto Jatobá neighborhoods II, Conjunto Jatobá III, Jatobá Industrial District, Jardim Vale do Jatobá, in the Regional Barreiro. The Municipal Administration would later provide the elaboration of a technical project for the area, for agricultural, ecological and environmental education purposes. The Vale do Jatobá Agroecological Park would have a consultative commission, with the purpose of contributing to its management, giving an opinion on its maintenance and activities to be developed there. Making a total of 457,787.51 square meters, part of the land belonged to the state government under the management of Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI / MG. The idea was to involve different social actors such as entrepreneurs and small rural producers in regional public policies of socio-cultural action, socio-economic development, environment and work, including the articulation between different Secretaries of the Municipal Administration. This Decree, in force since the date of its publication, reappears almost three decades later in the rediscussion of the current uses of these public spaces, and highlighting the existing occupations as protagonists in the reconstruction of the previously idealized agroecological scenarios. Thus, the article, through bibliographic review and cartographic research, rescues the essence of the humanistic discussion that associates dignity and ecology and whose sustainable movement under construction in the studied region, revokes all capitalist dispositions and / or private interests contrary to inclusion and socio-environmental transformation. and cultural aspects of the region.

KEYWORDS: Agroecology, Capitalism, Solidarity Economy, Ethnobotany, Decent Housing

INTRODUÇÃO

Apesar de não se inserir numa área tradicionalmente vocacionada ao agronegócio, a Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte apresenta 101 municípios com cenários camponeses e perspectivas rurais em desconstrução no âmbito da urbanização desenfreada. Assim, urge a etnobotânica, a agroecologia e economia solidária como forças de resistência cultural no âmbito das pequenas cidades em crescimento voraz e em parcelamento/extinção de suas últimas paisagens naturais e culturas camponesas. Devido à conurbação com a capital, uma desconstrução em curso pode ser percebida nas paisagens da Cidade de Ibitité, onde tradicionais territórios de práticas agrícolas estão em parcelamento e urbanização: Bálamo, Barreirinho, Canal de Ibitité, Pintados e Rola Moça, dentre outros lugares essencialmente rurais. O mesmo se dá em Mário Campos, Mateus Leme, Rio Manso, dentre outras municipalidades metropolitanas.

Do passado de agricultura familiar à transição para contextos urbano-industriais capitalistas da atualidade, os cidadãos resistem consolidando processos de reafirmação e legitimação através da existência e manutenção dos quintais urbanos e práticas existenciais correlacionadas aos mesmos. Em processos contemporâneos de aculturação, etnocentrismo e desconstruções/deturpações de valores, as paisagens rurais ancestrais se autenticam no imaginário coletivo. Neste contexto, destaca-se a proposta da etnobotânica, a da agroecologia e da economia solidária com significativas experiências no tecido urbano em Belo Horizonte. Existem cinco espaços de vivência agrícola e ecológica nas Bacias Hidrográficas do Ribeirão Arrudas (Parque Agroecológico Vale do Jatobá, Parque Agroecológico Morro das Pedras e Parque Agroecológico Taquaril), Ribeirão Isidoro (Parque Agroecológico Serra Verde), Ribeirão Pampulha (Parque Agroecológico Coqueiros) e Ribeirão Onça (Parque Agroecológico Capitão Eduardo). Destacam-se, ainda, a Lei Ordinária nº 10.255, em vigor desde 2011 e que instituiu a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e o Decreto 11.068 em vigor a partir de 2002, que dispôs sobre o Concurso Horizonte de Hortas. As aplicações dos usos tradicionais dos vegetais pelo homem, são prática tradicionais, conforme descrição no site Biólogo (2020, on line):

Desde a época de Schultes³, o campo da etnobotânica passou de simplesmente adquirir o conhecimento etnobotânico para aplicá-lo a uma sociedade moderna, principalmente na forma de produtos farmacêuticos. Com o conhecimento botânico e a identificação das espécies de plantas usadas pelas várias etnias, temos a base para o trabalho do etnobotânico. As contribuições da antropologia destinam-se ao estudo da origem, estrutura social e étnica das comunidades humanas em foco, estabelecendo relações entre as diversas etnias e extensão do universo linguístico e papéis sociais associados ao conhecimento em questão além de elaborar questionários que serão aplicados aos informantes no inventário das espécies utilizadas. É na interação com as populações que se constrói o conhecimento, não só da utilidade tradicional das plantas em foco, como da cosmologia que embasa a estrutura social à qual está associada. Da farmacologia pode-se pesquisar se há alguma propriedade medicinal, algum princípio ativo presente nas plantas. Da clínica médica pode-se determinar se as plantas usadas provocam algum efeito fisiológico positivo ou negativo. A utilização de madeiras usadas na construção, fabricação de armas, instrumentos musicais, embarcações, por sua vez também podem requerer de especialistas de áreas afins em nosso saber ocidental científico. Os direitos de propriedade

³ Richard Evans Schultes (Boston, 12 de janeiro de 1915 — 2001) foi um botânico norte-americano. É considerado um dos pais da etnobotânica. Ele é o filho de Otto e Maude B. Schultes Bagley nascer. Ele obteve seu BA Harvard em Biologia em 1937 e seu Master of Arts em Biologia em 1938 e seu doutorado em Botânica em 1941.

intelectual e os acordos de partilha de benefícios são questões importantes na etnobotânica.

Para quem acha que lavouras e plantações são exclusividades de extensas áreas rurais, onde imperam o agronegócio e o latifúndio, o equívoco é grande, pois espaços citadinos reinventam essas práticas e tradições. A partir deste contexto, através dos parques agroecológicos da capital mineira, nota-se uma reafirmação legitimada das paisagens culturais camponesas, indígenas e quilombolas na cidade. Hortas comunitárias, plantios escolares, cultivos em centros de saúde e parques ecológicos, são muitas das possibilidades de vivências agroecológicas disponibilizadas aos munícipes de grandes centros urbanos do país e do mundo. Assim apesar da relevância da conjuntura de descaracterização das paisagens culturais agrícolas da Grande BH, no âmbito da dicotomia agronegócio e produção familiar, o presente trabalho versa, brevemente sobre as possibilidades de experiências agroecológicas nas comunidades Camilo Torres, Eliana Silva, Irmã Dorothy, Nelson Mandela e Paulo Freire, ocupações inseridas como materializações da dignidade humana, da moradia sustentável, e sobretudo da resistência à vulnerabilidade social e demais negligências no que tange ao direito⁴ à cidade, decorrentes desse cenário de capitalismo financeiro neoliberal, perverso, excludente e ditador. A ocupação associada à etnobotânica, a agroecologia e a economia solidária dão novo sentido ao produzir o espaço vivido na urbe, explicitando seus múltiplos significados e tensões. Em meio às incertezas e desatinos dos paradigmas contemporâneos, onde a economia contrapõe-se à ecologia, a criatividade e a solidariedade se efetivam como elementos da prática coletiva em resposta à sociedade demente e doente.

A PRÁTICA AGROECOLÓGICA URBANA NA CAPITAL MINEIRA

Para aqueles munícipes inseridos no território belo-horizontino, há recantos onde se planta, colhe, partilha e doa frutas, hortaliças, plantas medicinais, condimentos e outras benesses naturais (Quadro I). O destaque é para o programa CEVAE (Centro de Vivência Agroecológica) concebido em 1995 no âmbito da Prefeitura de Belo Horizonte, com cinco áreas: Parque Agroecológico da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Arrudas (Alta Vertente, Fazenda do Jatobá; Média Vertente, Fazenda das Piteiras e Baixa Vertente, Fazenda do Taquaril), da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Isidoro (Fazenda Serra Verde), da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Pampulha (Fazenda dos Coqueiros) e da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça (Fazenda Capitão Eduardo). Segundo detalhamento da CMBH (2013, on line):

⁴ Um direito, ressalta-se, cuja necessidade de realização se expressa através de sonhos. Na última dinâmica realizada na mencionada oficina de cartografia social, a “árvore dos sonhos”, seus moradores exprimiram que almejam para o lugar onde vivem edificações materiais como creches e parques, abastecimento de luz elétrica, água, esgoto e asfaltamento, mas também questões imateriais como a paz de se ter um lugar onde morar sem ameaças (Transcrito na íntegra de Dias et al, 2015, p. 218).

O CEVAE foi criado em 1995 como uma política de meio ambiente e segurança alimentar que fomenta a agricultura urbana. Como política de meio ambiente, o programa representa uma opção de ocupação sustentável e produtiva, aliada à geração alternativa de renda em áreas verdes e degradadas. Como política de segurança alimentar, significa o fomento da agricultura urbana, baseada nos princípios da agroecologia, da economia solidária, da segurança alimentar e nutricional e da equidade de gênero. O programa tem entre suas principais diretrizes a melhoria nutricional da população, o desenvolvimento de experiências participativas em problemas ambientais e o incentivo ao trabalho familiar e cooperado.

Quadro I - Relação regional dos Sistemas Agroecológicos Coletivos/Comunitários

REGIONAL	SISTEMA	NOME DO	ENDEREÇO
BARRE-IRO	Residencial Ecológico Jardim Castanheiras	Jardim	R. Lua Nova, s/n, Castanheiras I
	Horta Comunitária Jardim Produtivo	Jardim	R. S Dois, Conjunto Pongelupe
	Horta Comunitária Vila Pinho		R. Olaria, 1148 - Diamante
	Horta Comunitária Jardim Liberdade	Jardim	R. Abadias s/n - Esperança
	Horta Comunitária Tirol Ativo		R. Carlos Shirmer - Tirol
	Horta Comunitária do Milionários e Adjacências		R. Dona Luiza, 491 - Bairro Milionarios
	Centro Cultural Indústrias I (Horta comunitária Verde Sol)		R. dos Industriários, 265, Bairro das Indústrias
	Parque do Tirol Vida e Esperança (Nossa Horta: Plantar é saudável)		Av. Expedito de Faria Taváres, 240 - Marilândia Jatobá
CENTR-O-SUL	Barragem Santa Lúcia (Horta Esperança)		Rua H - Barragem Santa Lúcia
	Horta Associação Moradores Santana Cafezal		R. Bela Vista, 56 - Vila Santana do Cafezal
	Agrofloresta Vila Acaba Mundo		R. Desengano, 170 - Acaba Mundo
LESTE	Horta Pompéia (Pastoral da Família e Usuários)		R. Iara, 202 - Paroquia Pompéia
	Abrigo Municipal Pompéia		R. Raimundo Venâncio da Silva, 29 - Pompeia
	Escadão Agroecológico do Esplanada		R. Tulipa, 135 - Esplanada
	Abrigo Municipal Granja de Freitas		R. Diniz Dias, 145 - Granja de Freitas
	Horta Comunitária Taquaril (Bela)		R. Três Marias - Taquaril

	Vista)	
	CEVAE Taquaril	R. São Vicente - B. Granja de Freitas
NORD ESTE	CEVAE Capitão Eduardo	R. das Macaúbas, s/nº - Capitão Eduardo
	Horta Comunitária Ebenezer	Av. Magenta, 450 - Jardim Vitória
	Horta Comunitária Tudo Saudável	R. Terracota, 96 - Jardim Vitória
	Horta Comunitária Antônio Ribeiro de Abreu	R. Serra dos Órgãos, 335 - Ribeiro de Abreu
	Agrofloresta do Antônio Ribeiro de Abreu	R. Ribeiro de Abreu, s/n - Ribeiro de Abreu
	Horta Coqueiro Verde - Paulo VI	R. das Almas, 200, Conjunto Paulo VI
NORO -ESTE	Hortelões da Lagoinha	R. Francisco Soucasseaux, Lagoinha
	CEVAE Coqueiros	R. Eneida, 1589, Coqueiros
	CRPI - Centro de Referência da Pessoa Idosa	R. Perdizes, 336 - Caiçaras
NORT E	Horta Comunitária Esperança - Ocupação Izidora	Ocupação Esperança - Izidora
	Horta Familiar do Vitória - Ocupação Izidora	Ocupação Vitória - Izidora
	Horta no centro de Saúde Jaqueline	Rua João Pereira Lima, 50 - Jaqueline 2
	Horta Centro de Saúde Novo Aarão Reis	R. Detetive Eduardo Fernandes, 200 - Novo Aarão Reis
OESTE	CEVAE Morro das Pedras	Rua Belford Roxo, 215 - Nova Granada
	Associação História em Construção (Morros Verdes)	Beco Dona Clara, Vila Antena - Morro das Pedras
	Unidade de Compostagem Comunitária - Parque Jacque Cousteau	R. Augusto José dos Santos, 366 - Estrela do Oriente
PAMP ULHA	Agrofloresta Comunitária do Brejinho	Rua Alcobaça, 43, São Francisco
VEND A NOVA	CEVAE Serra Verde	R. Sebastião Gomes Pereira, 140 - Serra Verde
	Centro Comunitário Serra Verde	R. João Batista Fernandes, 85 - Serra Verde
	Centro Cultural Jardim dos Comercários	R. José Ferreira dos Santos, 184 - Venda Nova

Fonte: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/fomento/sistemas-de-producao/coletivas-e-comunitarias>

De outro lado, é fundamental compreender que num contexto tendencioso, onde se evidencia excessivamente, o agronegócio como máxima societária, ou como a “moeda de ouro” do século XXI, as premissas da urbanidade contemporânea pressupõem a reinvenção da agricultura, atrelada à inclusão e à ecologia enunciando novos contextos comunitários e demandando por reformulação de políticas públicas. As experiências e perspectivas para Belo Horizonte tendem a torna-la como referência para uma cidade onde o campo se reencontra na paisagem urbana e se reinventa e se remodela sustentavelmente sem sobreposições ou conflitos. Dentro do cenário municipal de promoção e assistência à cidadania, o molde agroecológico fomenta à agricultura familiar urbana ampliando possibilidades de inclusão social, fitoterapia, enriquecimento alimentar e segurança nutricional, por toda urbe. De acordo com site da PBH (2019, on line) avanços se fazem necessários:

O local onde funcionava a antiga Estação de Reciclagem da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), no bairro Estoril, vai dar lugar ao Centro Municipal de Agroecologia e Educação Ambiental para Resíduos Orgânicos (Cemar) – um novo espaço de convivência para a comunidade previsto para ser inaugurado no ano que vem. O Centro ocupará uma área que, desde a desativação da estação, em 2012, estava degradada, com erosões e incomodava os moradores da região. O Cemar terá jardins, pomares, estufas, viveiros de mudas e plantas medicinais, pista de caminhada e uma academia a céu aberto. No local serão produzidos alimentos, sementes e insumos que poderão ser usados nos sistemas agroecológicos da cidade. Outra novidade será o jardim sensorial, formado por plantas com características que despertam outros sentidos além do paladar, como o tato e o olfato. O jardim terá uma proposta inclusiva com os canteiros mais altos, para facilitar o acesso aos cadeirantes. O Centro abrigará também um projeto educativo, focado nas boas práticas relacionadas à alimentação e aos resíduos orgânicos. A recuperação do terreno já foi feita pela Prefeitura, com a contenção da erosão e a limpeza das canaletas de drenagem. A pista de caminhada também já está pronta. A previsão é que o Cemar seja inaugurado em 2020. O empreendimento é uma parceria da SLU, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, por meio da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional.

Essas práticas do poder público e da sociedade organizada evidenciam novas formas produtivas, em contraponto ao capitalismo perverso, com vértices para as redes, o cooperativismo, o associativismo buscando quotas de emancipação e empoderamento de sujeitos sociais, outrora, vulneráveis. É a afirmação de que o

aprofundamento das crises capitalistas excessivas desprenderam chances para a eclosão e ascensão de outros moldes de organização do trabalho, tendo consequências diretas, em tradicionais moldes de exploração da mão de obra, redefinidos após desejo dos trabalhadores de descobrirem alternativas de geração de renda, equidade e inclusão social. Assim, experiências coletivas de produtividade e trabalho vêm se propagando nas extensões rurais e urbanas, por meio de cooperativas de produção e comercialização, associações de fornecedores, redes de fabricação de produtos, cooperativas de exploração de matéria prima, instituições de comercialização de bens de consumo. Enfim, consolidam-se a etnobotânica, a agroecologia e a economia solidária, todas remodelações das organizações financeiras que se reinauguram com atividades voltadas para preceitos cooperativos e populares, estabelecimentos de autogestão, entre outras feições de administração sustentável e democrática. No Brasil, a etnobotânica, a agroecologia e a economia solidária se dilataram a partir de entidades e organizações que apadrinhavam projetos associativos e comunitários e pela formação e combinação de cooperativas populares, redes de produção e consumo de bens, exposições de agroecologia, cooperativismo e economia solidária, dentre outras iniciativas. Recentemente, a etnobotânica, a agroecologia e a economia solidária vinculam-se a diversos fóruns locais e regionais, advindo da concepção pioneira do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Atualmente, além desse aporte, contabilizam-se 27 fóruns estaduais com milhares de integrantes (empreendimentos de etnobotânica e agroecologia, organizações de apoio e rede de gestores públicos em economia solidária) em toda a extensão territorial brasileira. No nível nacional, foram fortalecidas ligas e uniões de ações econômicas solidárias e foram concebidas alternativas organizativas de dimensão produtivas, com arranjos variáveis, desde o local, ao âmbito nacional.

A ETNOBOTÂNICA, A AGROECOLOGIA URBANA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO DESCONSTRUÇÃO DA PERVERSIDADE CAPITALISTA

A etnobotânica, a agroecologia e a economia solidária são a bandeira da resistência e da sobrevivência. O tempo contemporâneo é regido pelo mundo capitalista, um sistema socioeconômico que se amplia por meio dos modos privados de produção, pelo trabalho assalariado e especialmente pela acúmulo de capitais e concentração de renda, procedente dos elevados lucros. O sistema capitalista iniciou-se na Europa depois da extinção do sistema produtivo feudal, e com a ascensão da burguesia se espalhou pelo planeta. O capitalismo recebeu diferentes categorizações e titulações legadas pelo passado que o sistema historicamente cruzou (SITE POLITIZE, 2020, on line): 1ª fase (Capitalismo Comercial vigorou entre os séculos XV e XVII); 2ª fase (Capitalismo Industrial iniciou-se na Revolução Industrial até o final do século XIX); 3ª fase (Capitalismo Financeiro transforma-se desde o começo do século XX até os dias atuais).

Inicialmente, o sistema restringiu-se a uma porção dos Estados Unidos e Europa, num período caracterizado pela prática do monopólio⁵ (única empresa dominante no mercado). Além disso, realizam-se oligopólios, que correspondem à adesão de companhias detendo nas mãos, o domínio de matéria-prima e preços, evitando o aumento de outras empresas concorrentes no mercado, afiançando uma hegemonia e supremacia, com múltiplas contradições e devaneios. Seres humanos e recursos naturais estariam fadados aos ditames perversos do capital, com sequelas profundas e incatrigáveis. Alienação, consumismo, desigualdade, exclusão, exploração, globalização, injustiça, mercantismo, neoliberalismo, privatização, passariam a compor o dicionário da perseguição e anulação histórica de sujeitos e seus direitos, tendo o Estado, uma função mestra na sedimentação de todo este processo urbano-industrial capitalista.

Nessa mesma ocasião, difundiu-se bastante a conexão de amplas empresas e o conciliamento arbitrário entre o capital bancário e o setor industrial, surgindo assim o denominado capital financeiro. Com o aglomeração de grandes empreendimentos aconteceu um crescimento que propiciou o aparecimento das multinacionais, que atualmente denominam-se transnacionais, com atividades em diversos pontos do mundo. Nesse contexto, destacam as imensas petrolíferas (Exxon e Texaco), comunicações/informática (IBM e a Microsoft), e infinitas grandes empresas de diferentes ramos (Chevrolet, Citroen, Ford, Honda, Mercedes Benz, Mitsubishi, Nike, Toyota, Volkswagen, etc.) que operam intensamente até os dias atuais. A conjuntura desencadeou o nascimento de várias outras, fazendo com que o conjugado de atuações das multinacionais refletissem a globalização dos meios produtivos, da produção e do capital, resultando em ampliação do fluxo das relações comerciais em nível planetário.

As cíclicas ondas globais de crises financeiras transportam-se o tempo e o espaço para justificar e desconstruir o tempo presente. Seria uma crise financeira ou uma crise dos valores humanos? Porque os projetos societários se tornaram tão imediatistas e utilitaristas a ponto de enxergarem tudo como apenas “recursos” e nada mais. A crise que abala a economia de todas as regiões do planeta, é a declaração máxima do colapso de um padrão de desenvolvimento cruel, desumano e materialista. A terminação crise financeira é aplicada a uma multiplicidade de circunstâncias nas quais instituições ou ativos financeiros declinam de repente. Entretanto, o que se ressalva é que esse panorama de conturbação econômica e financeira anuncia uma analogia de causa e efeito evidente: a procura desmesurada do lucro e a “temporalidade da riqueza” provocam a falta de alcance dos resultados para o bem comum, gerando a concentração de renda e a exploração injustificável.

⁵ Conceção de Monopólio: é como se designa um estado de concorrência imperfeita, em que um empreendimento possui a exclusividade do comércio de um artigo ou serviço fixado, ditando preços aos que vendem. Ou seja, o mercado monopoliza e o comprador considere-se ele em qualquer nível social, tendo poder aquisitivo ou não será forçado a acatar e despende muito caro para adquirir o que desejar ou precisar.

A desvalorização recorrente da adequada medida de grande valor e significado do lucro e da resposta financeira divulga uma inversão de valores societários. O ganho e o rendimento financeiro cobrem a perpetuidade dos negócios, que deveriam motivar benefícios e riquezas redistribuídas para a coletividade como um todo. Não há sintonia de opiniões e teorias sobre equidade e justiça social no âmbito do capitalismo urbano-industrial. No entanto, o surgimento de novas crises financeiras persistem por todo o mundo e se produzem/reproduzem com regularidade, suscitando a ampliação da desigualdade, da miséria, da pobreza e da vulnerabilidade, sobretudo, nos países à margem desse conjunto mercadológico especulativo. O funcionamento da economia capitalista, se baseia na geração contínua de riqueza concentrada na mão de poucos privilegiados e parcamente redistribuídas por imposição do Estado em suas escassas e ineficazes políticas públicas. O Estado ao tributar e legislar disciplinando a ação da iniciativa privada, tem o imperativo de fazer a justiça social, que na maioria das vezes, não ocorre em sua totalidade.

É, nesta prerrogativa que paira a seguinte questão: o estado está aparelhado a disposição da iniciativa privada e do capitalismo urbano-industrial⁷ ou da coletividade e suas demandas emergenciais de dignidade e justiça perante um sistema tão hostil? Nessa inversão de valores, teorias descontextualizadas insistem em afirmar a existência de uma "ditadura" do proletariado/campesinato, como a motivação de genocídio em muitos países, o que precisa ser visto e revisto, pois resistência, sobrevivência, e sobretudo, a busca por dignidade, levantada pelo movimento social camponês (sem terra) ou operário (sem casa) jamais se consistem como ditaduras em suas essências. Eventuais governantes pretéritos, que independente de regiões do mundo, impuserem seus mandos, desmandos e caprichos, assassinando os que se opunham a ele, sob a ótica de um discurso ideológico vinculado ao proletariado/campesinato é a usurpação e deturpação de um ideal que permanece e se legitima, de forma, sobretudo, ética e humana. O proletariado/campesinato gesta a revolução e a transformação do mundo em um substrato mais equânime, e o derramamento, o abate e o sangue de camponeses, operários, indígenas, líderes e quilombolas atestam tentativas contínuas de distorção da verdade. A Irmã Dorothy Stang, foi morta por quem e por que? Padre Penido Burnier também teve causa e consequência parecidas.

Do que adianta, a fortuna explicitada no tamanho da quantidade de dinheiro e riqueza patrimonial, em prejuízo da dignidade humana? Em todos os sentidos, muito mais precioso do que os dividendos monetários é o capital humano, que é o mais perfeito sinal de progresso. Hoje em dia, em muitas organizações de capital aberto, fala-se em branding, gestão da marca e consolidação da reputação

⁶ Na opinião do Prêmio Nobel da Paz de 2006, o economista bengalês Muhammad Yunus, a causa do falência econômico foi o exorbitância de ambição, que metamorfoseou negócios em mercados de risco similares a cassinos, perfazendo com que o modelo financeiro arruinasse a com realidade.

⁷ Em comparação a vida-humana, Marx deliberou que o capitalismo é autofágico e que, sem a transformação para um sistema mais socializado, seu caminho será a extinção da civilização.

empresarial, fazendo-as, investir em governança corporativa, responsabilidade social e sustentabilidade. Que essa conjuntura de crise mundial convenha para países, empresas e mercado reorientarem seus ponteiros para o indicador da valorização do capital humano, comunicação e diálogo, refletindo sobre origens dos problemas e trilhando caminhos de desenvolvimento e equilibrado justo. Assim, hoje em dia, a etnobotânica, a agroecologia⁸, e a economia solidária despontam como críticas construtivas sobre o desumano capitalismo. Este certamente era o sonho de Camilo Torres, de Eliana Silva, de Nelson Mandela e de Paulo Freire. Numa visão utilitarista, o Capitalismo era encarado como oponente daqueles ditos carentes, quando durava o período em que a soma dos produtos lançados pelos capitalistas eram bens de primeira necessidade⁹, para os quais pressupunha-se que não houve capacidade de aquisição desta parcela da população. Essas condições de múltiplas carências desinteressavam aos capitalistas, certamente, porque os olhava economicamente apenas como trabalhadores a gerarem lucro, e não como potenciais clientes no rentável contexto de oferta/procura que fundamentavam e objetivavam ampliar o consumismo desenfreado e irresponsável. Assim, o capitalismo se opõe à lógica como a etnobotânica, a agroecologia, a economia solidária, ao consumo consciente e responsável, às redes de partilha e intercâmbio e, sobretudo, aos 17 objetivos de desenvolvimento do milênio (Figura 01), promulgados pela ONU:

Objetivo 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Objetivo 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Objetivo 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Objetivo 4: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

⁸ O conceito de agroecologia surge no Brasil a partir da década de 1970 como uma prática contra-hegemônica e de resistência ao neoliberalismo, que aprofunda as desigualdades sócio-espaciais de forma violenta e opressora, sobretudo na última década. Tomada como um movimento político para a transformação ambiental, social e econômica (Transcrito na íntegra de santos, 2014, et al, 2014).

⁹ a) Bem normal: é aquele cuja quantidade demandada aumenta quando aumenta-se a renda.

b) Bem de luxo: ao se aumentar a renda, a quantidade demandada aumenta em maior Proporção.

c) Bem de primeira necessidade: ao se aumentar a renda a quantidade demanda se mantém inalterada pois, ao se tratar de algo de primeira necessidade já fazia parte das antigas aquisições do indivíduo.

d) Bem inferior: são aqueles cuja quantidade demandada diminui quando a renda aumenta. Geralmente são bens para os quais há alternativas de melhor qualidade.

Fonte: <https://estudoeconomia.webnode.com.br/news/conceitos-iniciais-de-economia/>

Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Objetivo 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

Objetivo 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

Objetivo 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

Objetivo 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Objetivo 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos

Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça

para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Figura 01 - 17 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Século XXI)



Fonte: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>

Apesar de discursos contraditórios, o capitalismo mantém e amplia a pobreza, principalmente quando ela deixa de ser um problema e se torna num nicho lucrativo. A riqueza continua concentrada e mal distribuída. Mesmo assim existem defensores, para os quais a economia na qual se baseia a atual sociedade, é um mal necessário, sem o qual a humanidade não pode subsistir. Se a economia é um “mal” necessário, ela precisa ser revista e revisitada em sua essência e princípios básicos. Mas em tempos neoliberais, tudo isso transformou. A maior parcela dos capitalistas embolsa doses significativas de dinheiro com a venda de bens e serviços considerados supérfluos, aqueles anteriormente comprados por quem já garantiu as necessidades básicas, e tem tempo livre para usufruir novos produtos. Por isso, o capitalista lança um novo olhar para os mais carentes como potenciais clientes, e não como trabalhadores que urgia explorar, como força barata de produção. Agora o capitalista olha para eles, no ápice da verdade, pois quer o máximo número possível de pessoas para comprar, e com isso lucrar, empregar, tributar, mover a economia, melhorar a sociedade e outros discursos distorcidos do tipo. Urgem mudanças nas

cadeias e nos arranjos produtivos locais e para o site da ECOSOL Brasília (2020, on line), uma nova forma de fazer economia:

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

No mundo dos negócios que chances existem e ajudam a desenvolver a economia de maneira mais humanizada e sustentável? A economia se postula como meio para dar a as pessoas em vulnerabilidade meios para prover a dignidade? Para isso é preciso rediscutir as nuances que alimentam o círculo vicioso do capitalismo perverso, no qual as pessoas deixem de serem vistas apenas como clientes, mas como seres humanos. Nessa acepção, compreende-se por etnobotânica, agroecologia e economia solidária, o bloco de ações econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão sustentável e democrática. Fundamentando essa inovadora ideia societária, a economia solidária tem as conseqüentes particularidades, descritas pela ECOSOL Brasília (2020, on line):

Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

Autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de

trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

Dimensão Econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

As particularidades da etnobotânica, da agroecologia e da economia solidária resultam em indicadores e métodos para um singular crescimento sustentável com geração de trabalho e repartição de renda, através de desenvolvimento socioeconômico com resguardo dos serviços ecossistêmicos. Seus benefícios ambientais, culturais, econômicos, políticos e sociais são repartidos pelos constituintes, sem discrepâncias seletivas e distorções de idade, gênero, raça e sexualidade e outros fatores excludentes, antes impostos como "limitadores". Observa-se como principal linha socioeconômica de ação na reversão da perversão da lógica capitalista ao se confrontar à extorsão da dignidade do trabalho e exploração irresponsável dos recursos naturais, fundamento o ser humano na sua plenitude como pessoa, e não em sua redução à condição de "função" da performance econômica. Assim, nota-se que as causas recorrentes, da etnobotânica, da agroecologia e da economia solidária, transitam do funcional para o sistêmico, conforme detalha Mendes (sem data, on line):

A economia solidária resgata as lutas históricas dos trabalhadores que tiveram origem no início do século XIX, sob a forma de cooperativismo, como uma das formas de resistência contra o avanço avassalador do capitalismo industrial. No Brasil, ela ressurge no final do Século XX como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho. As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho. O aumento da informalidade e a precarização das relações formais afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego, levando trabalhadores a se sujeitar a ocupações em que seus direitos sociais são abdicados para garantir sua sobrevivência.

Em contexto nacional, o Governo Federal em 2003 concebeu a Secretaria Nacional de Economia Solidária que elaborou o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Sua destinação é permitir o fortalecimento e a difusão da economia solidária atendendo a políticas integradas, tendo em vista prover novos módulos da geração e desenvolvimento de trabalho, renda e inclusão social. A etnobotânica, a agroecologia e a economia solidária também ganham, nos atuais anos, sucessiva ajuda de gestões estaduais e municipais. O quadro de programas de etnobotânica, agroecologia e de economia solidária tem se elevado, com relevância para os centros populares de capacitação e comercialização, bancos do povo, empreendedorismo popular solidário, etc. Resultado do permuta dessas feitura, existe na atualidade uma organização de articulação dos gestores públicos para fomentar a troca de experiências e o revigoramento das políticas públicas de etnobotânica, agroecologia e economia solidária no campo e na cidade. As organizações econômicas solidárias são aqueles empreendimentos (ECOSOL BRASÍLIA, 2020, on line):

Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.

Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.

Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.

Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.

As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização. São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

A etnobotânica, a agroecologia e a economia solidária insrem-se num desses contextos contemporâneos diferenciados, nos quais diferentes empreendimentos sociais, em todo o país, produzem, vendem, compram solidariamente, gerando permanentemente renda e trabalho. São milhares de jeitos de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, com dignidade, e sem desigualdades e exclusões. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensa no bem de todos e no próprio bem, sem explorar, sem levar vantagem, sem destruir o ambiente, conforme definição expressa no site da ECOSOL Brasília (2020, on line):

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

CARACTERIZAÇÃO DO RECORTE ESPACIAL ESTUDADO

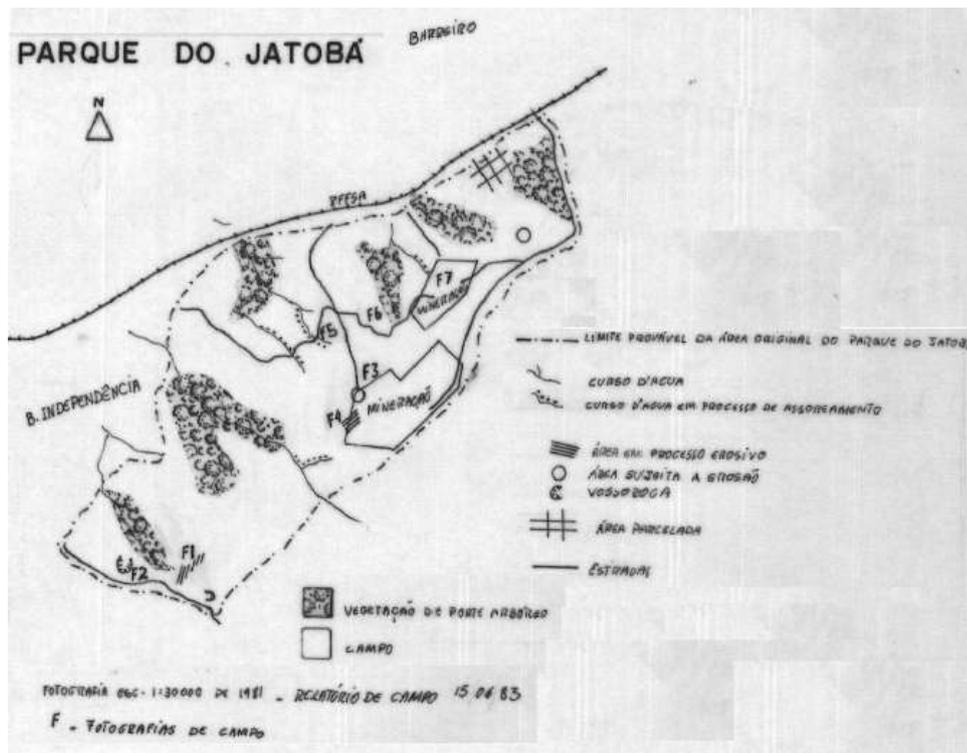
O recorte espacial elencado para este estudo é a Serra do Jatobá, última componente, do complexo geomorfológico da Serra do Curral, em Belo Horizonte, que segue por Ibirité, recebendo o nome de Rola Moça, findando em Itatiaiuçu. Basicamente a consolidação da grande área geográfica denominada de Jatobá, se

deu no século XX, com a gradativa urbanização, fragmentando ecossistemas em muitos parcelamentos oficiais e loteamentos clandestinos em áreas tradicionalmente rurais. Aproximadamente na década de 1910, a região caracterizava-se pela alternância entre paisagens naturais, e cultivos agrícolas na área de drenagem do Córrego Jatobá e seus muitos afluentes. Nos anos 1920, a região recebeu a Estação Ferroviária do Jatobá, próxima ao Túnel de Ibité, vinculada à Estrada de Ferro Central do Brasil entre 1925 e 1975 e repassada à RFFSA - Rede Ferroviária Federal S/A que a operou durante duas décadas (1975-1996). A década de 1930 provavelmente consolidava a Fazenda do Jatobá como uma das muitas unidades produtivas da região, fato que influenciou a implantação da Colônia Agrícola da Vargem Grande, às margens do Córrego Capão dos Porcos, por volta dos anos 1940. Na região também se instalariam outras atividades como pedreiras e olarias. Já na década de 1950, o crescimento da capital na direção da Cidade Satélite do Barreiro, faz com que se começassem as discussões preservacionistas que tentariam criar o Parque Estadual¹⁰ Florestal do Jatobá (Figura 02), algo que não se concretizou. O PLAMBEL (1987, p. 262) alertava questões de degradação do meio:

Localiza-se na região do Barreiro de Cima e Vale do Jatobá, próximo ao limite de Belo Horizonte e Ibité. O estado de conservação atual da área não é satisfatório, principalmente nas áreas localizadas à montante dos córregos do Jatobá, onde se encontram as minerações. Estas vem trazendo irreparáveis danos com incessantes deslizamentos de terras, voçorocamentos e assoreamentos dos córregos. Em áreas não atingidas pelos efeitos dessas minerações, pode-se observar um estado de conservação razoável, apresentando uma vegetação caracterizada pela predominância do campo e por algumas matas-galeria localizadas nos fundos e vale e nas cabeceiras dos córregos. Não foi possível localizar o limite exato do parque, pois as cercas existentes estão limitando as áreas de atuação e pesquisas de mineração cedidas pela METAMIG (entrevista cedida no local). Segundo mapeamento feito pelo IEF, o decreto de lavras cobre aproximadamente 90% da área. Neste caso, restariam 10% que não justificaria a implantação de um parque. No entanto, o IEF pretende negociar a área, passando-a para a Prefeitura, onde esta poderá ser utilizada para a construção de uma área de lazer.

Figura 02 - Croqui do Parque Estadual Florestal do Jatobá

¹⁰ Escritura da compra do terreno do Parque Estadual Florestal do Jatobá pelo Estado de Minas Gerais, no Cartório Francisco Cassimiro Martins Ferraz, livro de transcrição de imóveis nº 3, folha 283 – 14. 10. 1907. (PLAMBEL, 1987, p. 286)



Fonte: PLAMBEL (1987, p. 273)

Os anos de 1960 trouxeram o Conjunto Habitacional Vale do Jatobá cujo precário acesso se dava pela Avenida Cerâmica e os primeiros anos da década de 1970 trariam o Distrito Urbano-Industrial do Jatobá e o ramal ferroviário minerário Águas Claras-Ibirité na Serra do Jatobá. A urbanização se ampliaria a partir dos anos de 1980, com a construção do Conjunto Jatobá I (na Vila Santa Rita), do Conjunto Jatobá II (na Vila Pinho), do Conjunto Jatobá III (na Vila Castanheira), e do Conjunto Jatobá IV (na Vila Maria). A década de 1990 sela o parcelamento, a fragmentação ambiental e o aumento populacional da área. A extensão do Parque Florestal do Jatobá foi inserida no perímetro do Parque Estadual Rola Moça, criado em 27 de setembro de 1994. As regularizações e políticas públicas viriam depois nas décadas seguintes, assim como novos empreendimentos como o Conjunto Águas Claras, a Vila Ecológica, a Vila Horta e a ocupação Vitória da Conquista. Nesta época uma grande área de cerrado nativo, entre Brasil Industrial e Vila Pinho (Clube Fazenda dos Supermercados Epa) foi totalmente parcelada. Ferreira (2019, on line) averba que:

Nos últimos trinta anos, a região do Barreiro, em Belo Horizonte/MG, vem sendo palco de dezenas dessas ocupações de moradia, muitas das quais originaram vilas e favelas,¹ foram transformadas em bairros ou mesmo em áreas que passam a fazer parte de bairros já existentes. Tal processo se ampliou nos anos 1990, com o surgimento das ocupações Vila Corumbiara, Vitória da Conquista, Buraco Doce e Rocinha, e cresceu vertiginosamente nos anos 2000, com as ocupações Camilo

Torres, Irmã Dorothy I e II, Corumbiara II, Horta, Eliana Silva, Olaria e Nelson Mandela. Esse tipo de produção informal de moradia na região, apoiado ou liderado por movimentos sociais, vem sendo registrado há décadas em Belo Horizonte, porém o caso mais emblemático, segundo Lourenço (2014) e militantes de movimentos sociais, foi o da Corumbiara, no ano de 1996. À época, o assentamento promoveu práticas coletivas de mobilização em busca de bens e serviços urbanos, conquistando-os em curto espaço de tempo em comparação com outras experiências irregulares de moradia. Além disso, ao contrário da maioria das ocupações, os moradores receberam o título de posse de seus lotes a partir de 2009, e o assentamento tornou-se um bairro.

Um exemplo que já delineiava essa expansão urbano-industrial do espaço rural é o decreto municipal nº 2.397, de 08 de agosto de 1973, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas e terrenos inseridos na ex-Colônia Vargem Grande, com área perimetral total de 3.925.120,00 m², (três milhões, novecentos e vinte e cinco mil, cento e vinte metros quadrados), de acordo com planta arquivada na Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais – CDI-MG, e na Prefeitura de Belo Horizonte:

O Prefeito de Belo Horizonte, no uso de atribuições legais, e de acordo com o que lhe facultam o art. 153, § 22, da Constituição Federal e o Decreto-Lei Federal nº 3.365/41, alterado pela Lei Federal nº 2.786/56, decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação a se efetivar mediante acordo ou judicialmente, a área de terreno abaixo descrita localizada na ex-Colônia Vargem Grande, Jatobá de propriedade de Fued Elias Sadala, José Antônio Gazire, Sebastião Guilherme de Oliveira, João Nogueira Soares Nunes, Militão Alves Gontijo, Joaquim Alves Gontijo e outros:

(...)

Art. 2º A área de terreno descrita no artigo anterior destina-se à implantação do Distrito Industrial do Jatobá ou de qualquer outra obra de alcance para Município.

Art. 3º Fica a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais CDI-MG - autorizada a promover a desapropriação da referida área, na forma da legislação vigente.

Art. 4º Fica declarada a urgência da desapropriação.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e a execução do presente Decreto pertencer, que o cumpra e o faça cumprir tão inteiramente como nele se contém.

Belo Horizonte, 8 de agosto de 1973

Oswaldo Pieruccetti, Prefeito de Belo Horizonte

Constantino Dutra Amaral, Secretário Municipal de
Administração

Vicente Rodrigues, Secretário Municipal da Fazenda

A industrialização e a urbanização deixaram poucos fragmentos naturais. No ano da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (ECO-92), na cidade do Rio de Janeiro, a região ganha sua primeira unidade de conservação, o Parque Agroecológico do Vale do Jatobá, o Parque Carlos de Faria Tavares. Mais popularizado como Parque Ecológico Vila Pinho, é um espaço com aparelhos de ginástica, brinquedos, pistas de caminhada e de skate, além de quadra de esporte. Apreciado e usufruído pelos frequentadores e moradores da região da Vila Pinho, o parque foi implantado em 2000, através do Orçamento Participativo. Localizado na Avenida Perimetral, nº 800, entre os Bairros Jatobá, Santa Cecília, Vila Castanheira, Vila Formosa e Vila Pinho, o mesmo decorreu de uma empreitada a partir do decreto nº 7.392 de 15 de outubro de 1992, cujas frações estão detalhadas no Quadro II:

Cria o "Parque Agro-Ecológico do Vale do Jatobá" e dá outras providências.

O Prefeito de Belo Horizonte, no uso de suas atribuições legais, decreta:

Art. 1º - Fica criado o "Parque Agro-Ecológico do Vale do Jatobá", constituído pelas áreas verdes nº 1 do quarteirão 151, com 10.653,93m²; nºs 2 e 3 do quarteirão 152, com 77.068,46m²; nºs 4 e 5 do quarteirão 155, com 207.415,36m²; nº 6 do quarteirão 156, com 94.144,36m²; nº 7 do quarteirão 157, com 53.625,40m² e nº 8 do quarteirão 158, com 14.880,00m², perfazendo o total de 457.787,51m², de conformidade com os CPs nºs 251-16-M, 251-17-M, 251-18-M, 251-19-M e 251-20-M do Bairro Jatobá.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Administração Regional do Barreiro providenciarão a elaboração de projeto da área referida no Art. 1º, para fins agro ecológicos e de educação ambiental.

Art. 3º - O Parque Agro-Ecológico do Vale do Jatobá terá uma comissão consultiva, com a finalidade de contribuir para sua gestão, inclusive opinando sobre a manutenção do Parque e as atividades a serem ali desenvolvidas.

Parágrafo único - A Comissão Consultiva será composta sete (sete) representantes, a saber: 1) Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que a coordenará; 2) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; 3) Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social; 4) Administração Regional do Barreiro; 5) Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Jatobá; 6) Associação dos Empresários do Distrito Industrial do Jatobá; 7) Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI/MG.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Belo Horizonte, 15 de outubro 1992

Eduardo Brandão de Azeredo, Prefeito de Belo Horizonte

João Pedro Gustin, Secretário Municipal de Governo

Maurício Andrés Ribeiro, Secretário Municipal de Meio Ambiente

Celso Furtado Azevedo, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

Quadro II - Frações do Parque Agroecológico do Vale do Jatobá e sua situação em 2020

Gleba original	Área total	Destinação atual
Parque Agroecológico do Jatobá do Vale I	10.653,93m ²	Urbanizada, ocupada, impermeabilizada
Parque Agroecológico do Jatobá do Vale II	77.068,46m ²	Parque Carlos de Faria Tavares
Parque Agroecológico do Jatobá do Vale III	207.415,36m ²	Parte ocupada e parte preservada
Parque Agroecológico do Jatobá do Vale IV	94.144,36m ²	Urbanizada, ocupada, impermeabilizada
Parque Agroecológico do Jatobá do Vale V	53.625,40m ²	Parcialmente preservada e não ocupada
Parque Agroecológico do Jatobá do Vale VI	14.880,00m ²	Parcialmente preservada e não ocupada

Fonte: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/1992/740/7392/decreto-n-7392-1992-cria-o-parque-agroecologico-do-vale-do-jatoba-e-da-outras-providencias?q=%22Parque+Agro-Ecol%C3%B3gico+do+Vale+do+Jatob%C3%A1%22+>

Situado no Barreiro, a área verde destaca-se por sua grande importância ambiental por abrigar nascentes que abastecem o córrego Capão dos Porcos, que ao se unir ao afluente denominado Córrego do Jatobá, formam oficialmente o Ribeirão Arrudas. Além dos bairros considerados “regularizados” pela gestão pública municipal o e destaque é para cinco ocupações¹¹: a Camilo Torres, inserida na Avenida Perimetral com Rua Capão da Posse, altura da Vila Santa Rita, a Eliana Silva, na Rua Serra do Curral com Rua Fábio Alves, altura do Petrópolis, a Irmã Dorothy, na confluência da Rua Vale do Ipê com Rua Comandante Che Guevara, próximo à Vila Pinho, a Nelson Mandela, na Rua Coroa Imperial, no Distrito Urbano-Industrial do Jatobá e a Paulo Freire, na Rua Serra do Jatobá, com Rua Manuel, nas proximidades da Vila Formosa. Dias et al (2015) descrevem que:

A Comunidade Camilo Torres é uma ocupação urbana localizada na Região do Barreiro, uma das áreas de maior concentração de serviços comerciais e industriais da capital mineira. Seu processo de formação iniciou-se em 16 de fevereiro de 2008, quando famílias sem-casa ocuparam um terreno ainda sem construção, que quedava ocioso no Bairro Vila Santa Rita localizado nesta Região, ao sul de Belo

¹¹ Conforme demonstram os dados coletados na Comunidade Camilo Torres, as ocupações urbanas, na medida em que se apresentam como alternativas à produção segregacionista do espaço urbano, orientada por uma lógica individualista e mercadológica, têm o condão de fortalecer os laços de solidariedade entre os moradores que compartilham de uma mesma luta - a efetivação do direito à moradia.

Horizonte. Trata-se de um bairro afastado do centro da capital, mas pertencente aos limites do município de Belo Horizonte. Apesar de ser área urbana periférica, o Barreiro conta com serviços básicos como transporte público, serviços de saúde, vias pavimentadas e uma área comercial. Segundo relatos do professor Fábio Alves dos Santos, advogado da Assistência Judiciária da PUC Minas que atuou na Ação de Reintegração de Posse (MINAS GERAIS, 2014c¹²), em abril de 2008, um contingente maior de famílias ocupou as áreas remanescentes do terreno, fato esse que foi o estopim para que a suposta proprietária da área, a empresa Victor Pneus, ingressasse em juízo com a referida ação (MIRANDA, 2014¹³).

Vale destacar o incerto que deu certo, o que ainda dará resultados concisos, se unidos esforços coletivos, trazendo reflexões sobre o sucesso preservacionista do citado parque urbano que efetiva um total de 78.000 metros quadrados de área conservada, valor bem inferior aos 457.787,51 m² legalmente previstos¹⁴ no começo da década de 1990, tecendo novas perspectivas para as áreas ainda remanescentes, com ênfase nas comunidades e ocupações Camilo Torres, Eliana Silva, Irmã Dorothy, Nelson Mandela e Paulo Freire. Para o COAU (2020, on line):

A Ocupação Eliana Silva é um assentamento urbano na região do Barreiro, também em Belo Horizonte, nas proximidades do município de Ibituripe. Seu nome homenageia uma militante do MLB e liderança da Ocupação Corumbiara, que faleceu há alguns anos. Desde a década de 1990, o MLB realiza ocupações urbanas em vários lugares do Brasil (na Paraíba, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte), além da Ocupação Corumbiara em Belo Horizonte em 1996. A Ocupação Eliana Silva foi a retomada de suas ações políticas através de ocupações urbanas na capital de Minas Gerais. A ocupação Eliana Silva ocorreu em dois momentos e em dois locais diferentes, ambos nas margens da avenida Perimetral do

¹² MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Ação de Reintegração de posse nº 0024.08.235950-6. Disponível em: http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_resultado.jsp?tipoPesquisa=1&comrCodigo=24&txtProcesso=0024082359506&listaProcessos=08235950&nomePessoa=Nome+-da+Pessoa&tipoPessoa=X&naturezaProcesso=0&situacaoParte=X&codigoOAB=&tipoOAB=N&ufOAB=MG&tipoConsulta=1&n. Acesso em: 09 nov. 2014c

¹³ MIRANDA, Matheus Moura. Mapeamento de ocupações urbanas em Belo Horizonte: o direito à moradia em juízo. 2014, 67 f. (Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em Direito). Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, 2014.

¹⁴ A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais vem informar, por meio de Nota Pública da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), que interpôs Agravo de Instrumento contra decisão liminar que concedeu a reintegração de posse em favor do Município de Belo Horizonte de suposta área verde localizada na região do Barreiro, na mesma quadra onde há outras ocupações urbanas conhecidas por Eliana Silva, Camilo Torres e Irmã Doroty. E, um pouco mais afastada, a ocupação Paulo Freire. Transcrito na íntegra de <https://dp-mg.jusbrasil.com.br/noticias/431713886/nota-publica-ocupacoes-urbanas-da-regiao-do-barreiro?ref=serp>

distrito industrial do Vale do Jatobá, no bairro Santa Rita. A primeira tentativa, num terreno público, envolveu 150 famílias, número que aumentou nos primeiros dias. Ela começou em 21 de abril de 2012, mas foi mitigada dia 11 de maio de 2012, com o argumento de que se tratava de uma Zona de Preservação Ambiental (ZPAM). A segunda tentativa, num terreno particular, vago havia décadas, envolveu cerca de 250 famílias. Ela se iniciou em 24 de agosto de 2012 e ainda está em curso. O terreno da segunda ocupação é classificado como ZE, zona também predominante no seu entorno imediato, ao lado de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Também, é indiscutivelmente viável e urgente associar moradia digna, qualidade de vida e preservação do ecossistemas, dando ênfase à etnobotânica¹⁵. As ocupações protegem parte da vegetação nativa característica do cerrado, onde podem ser encontrados barbatimãos, faveiros, imbiruços, ipês-verdes, jacarandás-caviúna, lobeiras, mandioqueiros-do-cerrado, muricis, pau-d'elos, paus-santos e pequis. Na rediscussão da regularização das ocupações, o contexto de unidade de conservação é abrigado na essência de manutenção da qualidade de vida e da dignidade dos moradores que zelam pelo lugar que escolheram para morar. O site Ecodebate (2011, on line) explicita que:

A Comunidade Irmã Dorothy nasceu em fevereiro de 2010. Trata-se de 135 famílias sem-teto que ocuparam área abandonada, no Barreiro em Belo Horizonte, ao lado da Comunidade Camilo Torres. Já construíram grande parte de suas casas de alvenaria. Estão em cima de propriedade que não cumpria sua função social, que de forma ilegal e imoral, foram transferidos do público para a iniciativa privada. Até 1992, os terrenos onde estão as Comunidades Camilo Torres e Irmã Dorothy eram do Governo estadual de Minas Gerais. Logo, o Governo Estadual de Minas, o Sr. Antônio Anastasia¹⁶, tem responsabilidade direta sobre as 227 famílias que ora estão na iminência de serem despejadas.

Na sequência, a partir de estudo das plantas cartográficas contempladas no âmbito de criação do parque, busca verificar-se a situação atual das mesmas

¹⁵ A Etnobotânica engloba as contribuições da botânica e da etnologia, evidenciando as interações entre as sociedades humanas e plantas como sistemas dinâmicos. Estuda as aplicações e dos usos tradicionais dos vegetais pelo homem. É uma ciência multidisciplinar que envolve botânicos, antropólogos, farmacólogos, médicos e outros profissionais. É também uma interdisciplinaridade capaz de proporcionar explicações sobre a interação de comunidades humanas com o mundo vegetal, em suas dimensões antropológica, ecológica e botânica. Transcrito na íntegra de <https://biologo.com.br/bio/etnobotanica/>

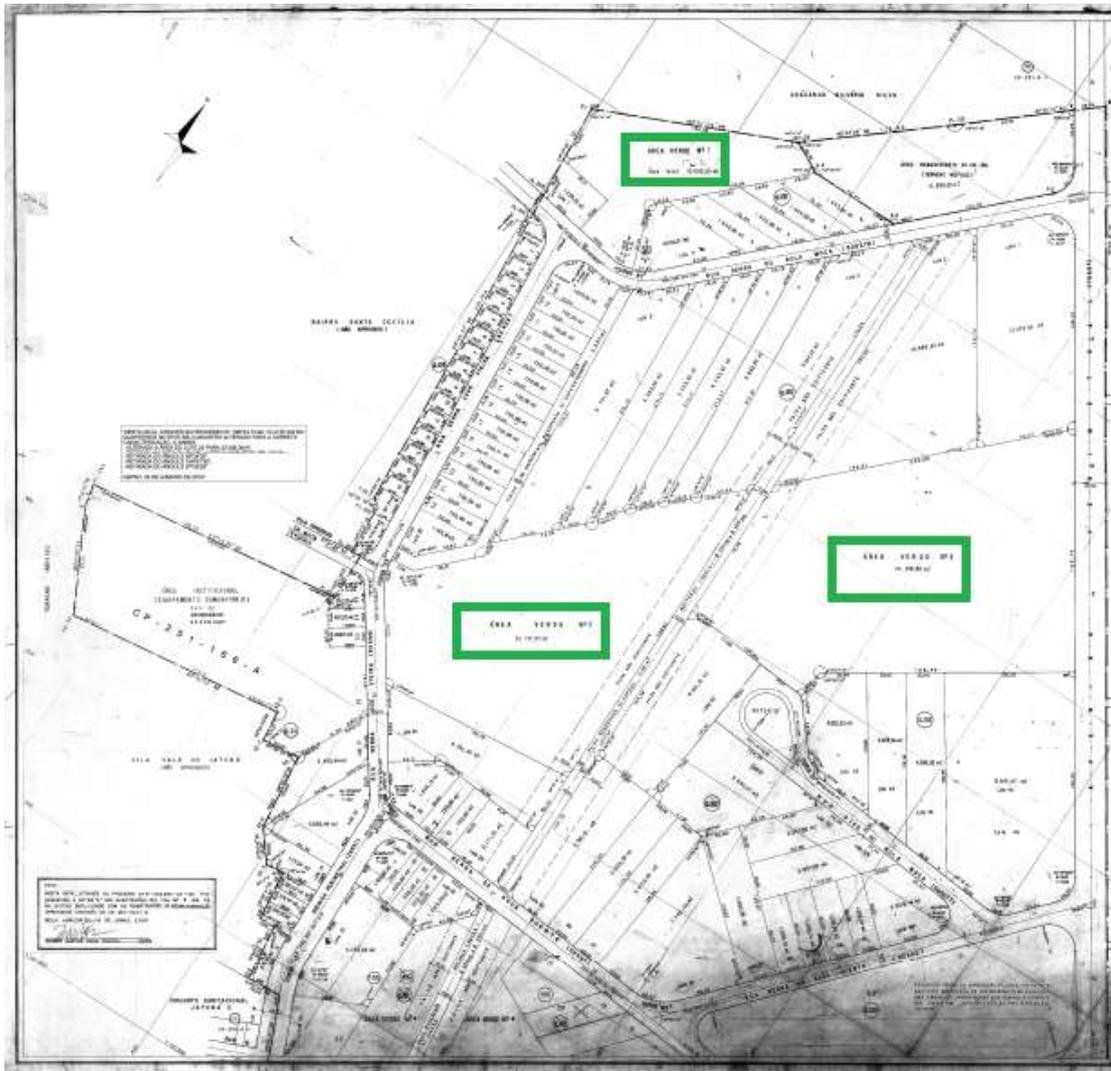
empreendendo soluções a serem discutidas com a população local. O CP¹⁷ 251 016 M, registra três áreas verdes, a nº 01 com 10.635,93 metros quadrados, a nº 02 com 32.721,53 metros quadrados e a nº 03, com 44.346, 93 metros quadrados e corresponde à Vila Formosa, no quarteirão entre a Avenida Perimetral e as ruas Pico do Rola Moça, Serra da Água Quente, Serra do José Vieira e Serra do Rola Moça. É a área de localização do Parque Carlos de Faria Tavares, sendo que a área verde nº 01 foi totalmente ocupada (Figura 03). O local do parque urbano é uma referência da comunidade por possuir uma Academia da Cidade, que reúne equipamentos para a diversão e a prática de atividades. Com área aproximada de 78 mil metros quadrados, o Parque Vila Pinho, por meio da lei municipal nº 9.980, em outubro de 2010, passou a ser denominado Parque Carlos de Faria Tavares. Além de preservar o parque urbano, a administração do local desenvolve diversos trabalhos em parceria com a comunidade local. Segundo detalhes concedidos pela professora da Escola de Arquitetura da UFMG (2019, on line), Marcela Silviano Brandão Lopes:

a frente de ação¹⁸ surge em 2016, como uma forma de dialogar e aproximar dois temas: a preservação ambiental e a luta pelas moradias em Belo Horizonte. Em parceria com o MLB e com o apoio de instituições públicas e privadas, o projeto atua no Distrito Industrial do Jatobá (Regional Barreiro), no qual localizam-se cinco ocupações urbanas: Eliana Silva, Camilo Torres, Irmã Dorothy, Nelson Mandela, Paulo Freire e Horta. Para Marcela, tanto a natureza quanto a pobreza são gradativamente expulsas da cidades, diminuindo a qualidade de vida dos indivíduos e também a relação destes com o meio-ambiente. Logo, o projeto surge como forma de refletir e elaborar políticas mais complexas de preservação da natureza, ao mesmo tempo que aproxima os moradores de suas práticas cotidianas com a natureza.

Figura 03 - CP 251-16-M - Bairro Jatobá.

¹⁷ CP, significa Consulta Parcelamento, ou de acordo com a prefeitura Consultas a Plantas de Parcelamento do Solo (CP). Fonte: [http://portal5.pbh.gov.br/plantacp/inicio.do#:~:text=Consultas%20a%20Plantas%20de%20Parcelamento%20do%20Solo%20\(CP\)&text=O%20Sistema%20Plantas%20On%20Line,no%20munic%C3%ADpio%20de%20Belo%20Horizonte](http://portal5.pbh.gov.br/plantacp/inicio.do#:~:text=Consultas%20a%20Plantas%20de%20Parcelamento%20do%20Solo%20(CP)&text=O%20Sistema%20Plantas%20On%20Line,no%20munic%C3%ADpio%20de%20Belo%20Horizonte).

¹⁸ Em atividade desde 2016, a frente de ação Parque das Ocupações faz parte do Programa Indisciplinar – grupo que trabalha com questões contemporâneas relacionadas ao espaço na UFMG. Atualmente, as atividades acontecem nas Ocupações Paulo Freire e Eliana Silva, localizadas na Regional Barreiro, através de parceria com o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favela (UFMG, 2019, on line).



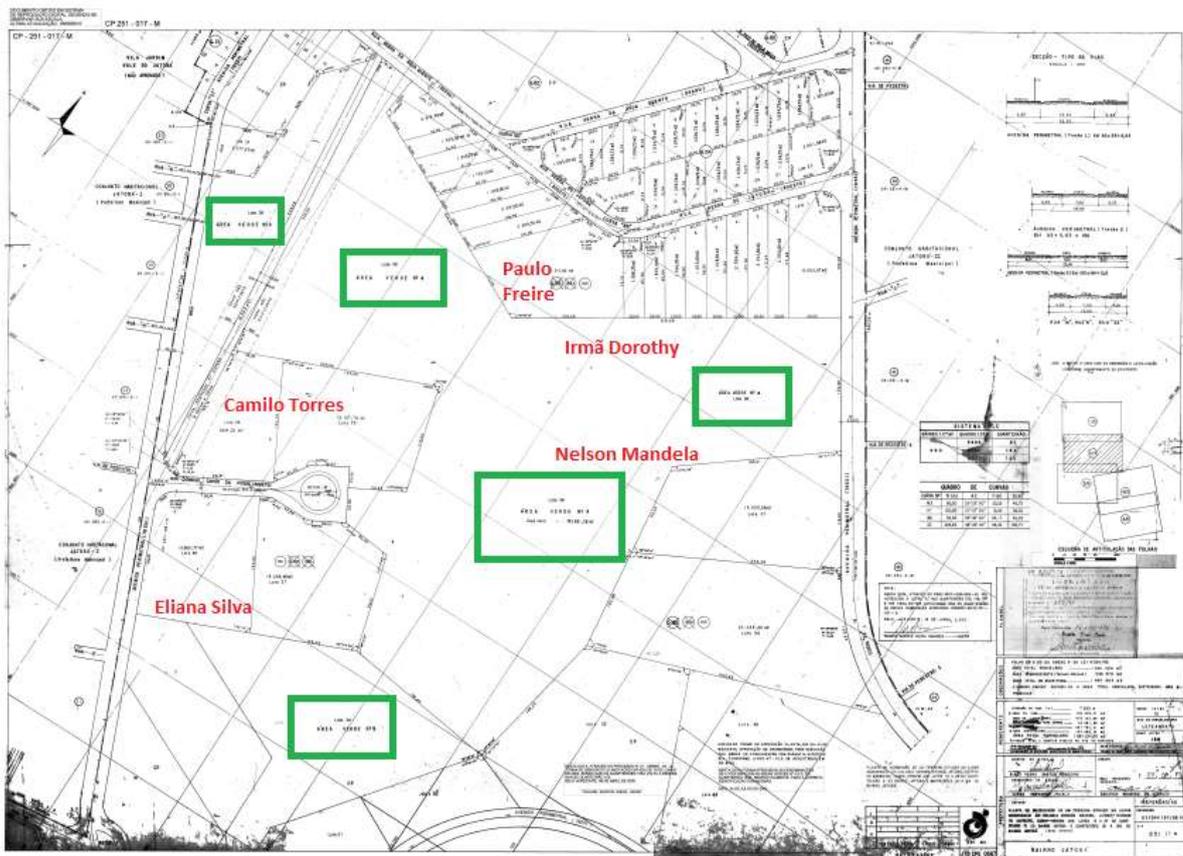
Fonte: <http://portal5.pbh.gov.br/plantacp-img/251016M.pdf>

O CP 251 017 M, registra uma grande área verde, a nº 04 com 193.881,28 metros quadrados, a nº 05 e corresponde à Vila Santa Rita, no quarteirão entre a Avenida Perimetral e as ruas Capão da Posse, Serra do Jatobá, Praças Rotor II e Rotor V. É a área de localização das comunidades e ocupações Camilo Torres, Eliana Silva, Irmã Dorothy, Nelson Mandela e Paulo Freire, sendo que a área verde no trecho lindeiro ao curso d'água foi ocupado, mas a mata ciliar foi totalmente preservada (Figura 04). Nesta área está parte da área verde nº 05 que se estende pela CP 251-18-M do Bairro Jatobá¹⁹, totalizando 33.354.08 metros quadrados. Essa ocupações estão em processo de reconhecimento judicial e salvaguarda de direitos fundamentais, conforme nota da Defensoria Pública de Minas Gerais (2020, on line):

¹⁹ <http://portal5.pbh.gov.br/plantacp-img/251018M.pdf>

Os processos de reintegração de posse da Ocupação Eliana Silva também não estão com expedição de mandados de reintegração de posse, assim como a ocupação Paulo Freire, processo nº 0024.14.003.707-8. A Defensoria Pública tem legitimidade para se manifestar nos processos de reintegrações de posse na qualidade de representante processual dos réus nominados, se assim for demandada, bem como na qualidade de curadora processual, se for o caso de citação por edital e na forma prevista no artigo 554, § 1º do CPC com *custus plebis*, ou seja, em razão da presença no polo passivo da ação de reintegração de posse contra um número considerável de pessoas hipossuficientes.

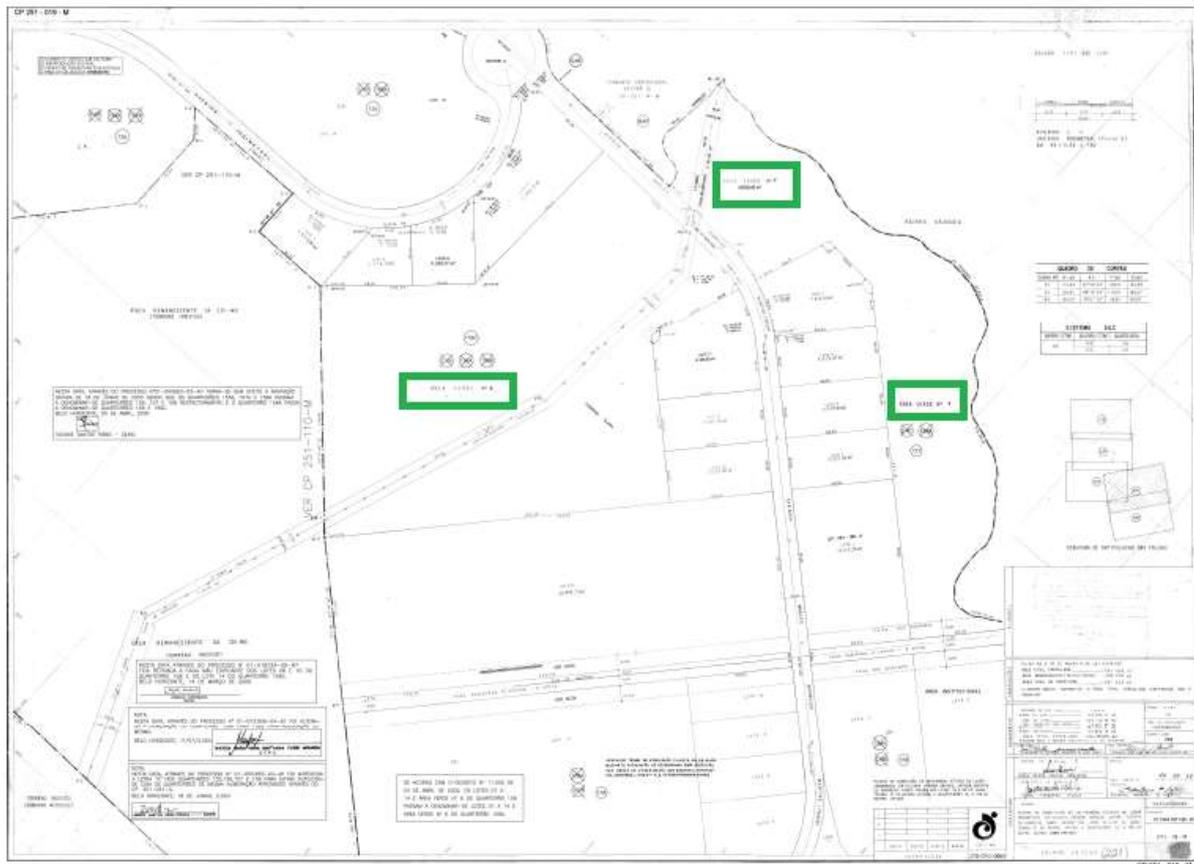
Figura 04 - CP 251-17-M - Bairro Jatobá.



Fonte: <http://portal5.pbh.gov.br/plantacp-img/251017M.pdf>

No CP 251-19-M (Figura 05) referente ao Bairro Jatobá localiza-se na Avenida Perimetral, na altura do Conjunto Águas Claras e consta a área verde n° 06 do quarteirão 156, com perímetro de 94.144,36 metros quadrados; e que foi parcialmente ocupada pela Vila Ecológica e Vila Horta, sendo que a área limítrofe ao Córrego Capão dos Porcos e a Avenida Warley Aparecido Martins, é considerada como área verde n° 07 com área de 53.625,40 metros quadrados, parcialmente conservada e indispensável à coletividade adjacente perpetuando preceitos de apropriação agroecológica e etnobotânica futuras.

Figura 05 - CP 251-19-M - Bairro Jatobá.

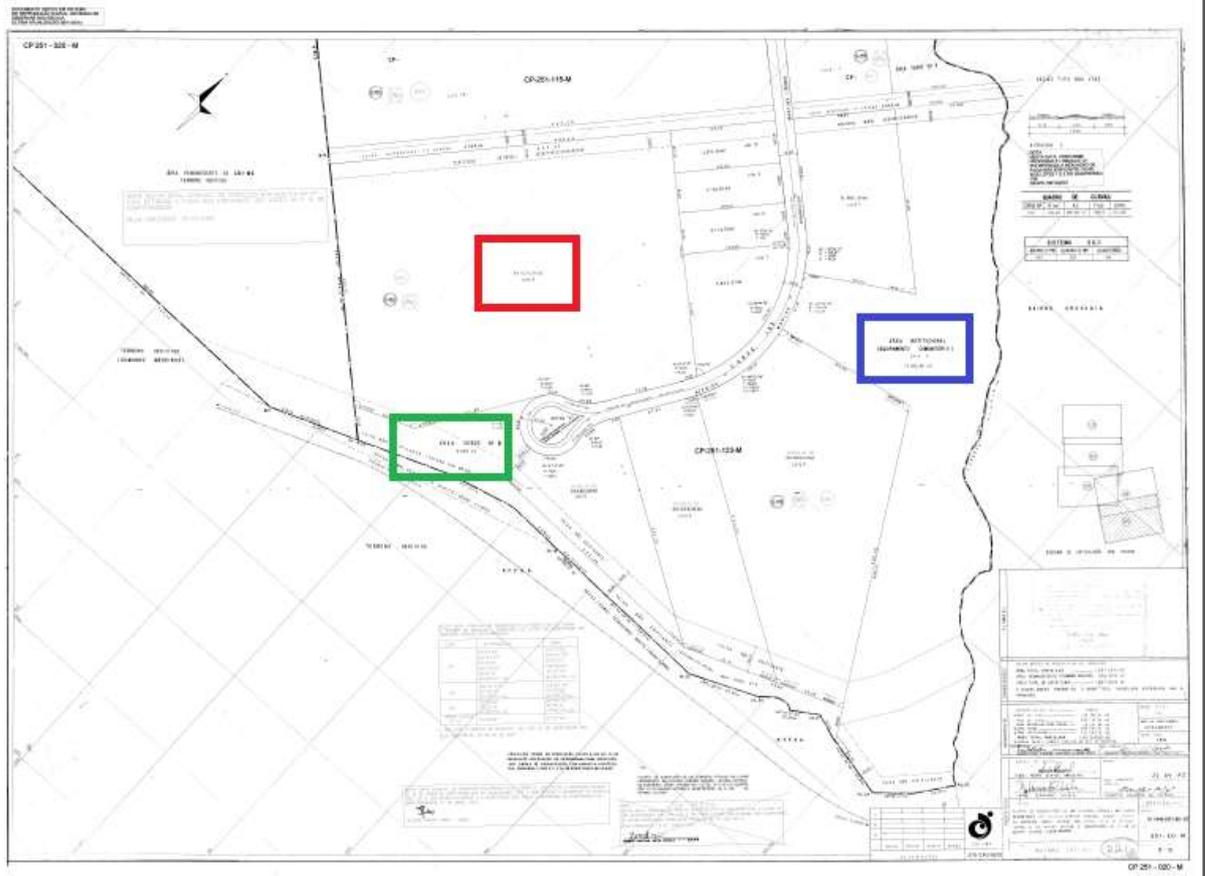


Fonte: <http://portal5.pbh.gov.br/plantacp-img/251019M.pdf>

A área verde n° 08, localiza na Praça Rotor I, Solar dos Rubis e dispõe de uma pequena área de 14.880 metros quadrados, estando numa região de recente adensamento urbano, com muitos conjuntos habitacionais, de tipologia multifamiliar, o que justifica a prerrogativa da conservação já definida em 15 de outubro de 1992. Na sua lateral encontra-se um grande lote de área total de 84.624,86 metros quadrados pertencente a uma rádio, que futuramente pode ser incorporado, caso haja possibilidade e se for reabilitado oferecerá uma área protegida com espaços maiores dada a demanda local por ecologia e lazer. Há também no CP 251-020-M, uma área institucional para equipamento urbano às margens do Capão dos Porcos

com perímetro de 73.009,68 metros quadrados, prestando múltiplas benesses à Vila Corumbiara (Figura 06).

Figura 06 - CP 251-20-M - Bairro Jatobá.



Fonte: <http://portal5.pbh.gov.br/plantacp-img/251020M.pdf>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira questão é indiscutivelmente prover as ocupações de equipamentos públicos necessários à dignidade humana e ao cumprimento constitucional dos direitos fundamentais, reconhecendo-as como bairros legítimos da cidade. Assim assistência social, cultura, ecologia, educação, inclusão, lazer, saúde, transporte público, urbanidade não bastam. É preciso potencializar os talentos coletivos de resistência e sobrevivência, como as práticas agrícolas que ampliam a união comunitária e lavram a terra produzindo alimentos e saúde para todos, preservando os remanescentes florestais e nascentes locais com prerrogativas etnobotânicas. Assim o perímetro total, que perfazia área de 457.787,51 metros quadrados, precisa ser redimensionado com vistas à associar as comunidades locais e preservar os remanescentes ecossistêmicos, que elas conservaram, disponibilizando-os sob o formato de parques agroecológicos. Assim é preciso rediscutir o decreto

municipal nº 7.392 de 15 de outubro de 1992, através de um novo PL - Projeto de Lei, que lhe dê nova redação:

Cria o "Parque Agroecológico do Distrito Urbano-Industrial do Jatobá" e dá outras providências.

O Prefeito de Belo Horizonte, no uso de suas atribuições legais, decreta:

Art. 1º - Fica criado o "Parque Agroecológico do Distrito Urbano-Industrial do Jatobá", constituído pelas áreas verdes remanescentes do Bairro Jatobá

Art. 2º - A Fundação Municipal de Parques Municipais e Zoobotânica providenciará a elaboração de projeto para fins agroecológicos, etnobotânicos e de educação ambiental das seguintes áreas verdes, de conformidade com os CPs descritos abaixo: 251-016-M, 251-017-M, 251-018-M, 251-019-M e 251-020-M

Art. 3º - O Parque Agroecológico do Distrito Urbano-Industrial do Jatobá terá uma comissão consultiva local, com a finalidade de contribuir para sua gestão, inclusive opinando sobre a manutenção do Parque e as atividades culturais e socioeconômicas, a serem ali desenvolvidas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2020

A área verde nº 01 do quarteirão 151, cujo perímetro era de 10.653,93 metros quadrados está urbanizada, incorporada ao tecido urbano e portanto, extinta e destituída de suas funções socioambientais originais. As áreas verdes nº 02 e nº 03 do quarteirão 152, com 77.068,46 metros quadrados já se encontram totalmente resguardadas devido ao parque urbano já instalado pela municipalidade. Os remanescentes de vegetação disponíveis nas áreas verdes de nº 04 e nº 05 do quarteirão 155, que consumavam um terreno de 207.415,36 metros quadrados deverão ser redimensionadas associando as comunidades ali instaladas aos projetos agroecológicos construindo novas paisagens e cenários. Nessa tessitura agroecológica é indispensável associar os ecossistemas que foram preservados nas

ocupações legalizando-os como novos parques agroecológicos com sugestão de homenagem com a prevalência dos nomes escolhidas pelas comunidades de líderes sociais: Camilo Torres Restrepo (1929-1966), Dorothy Mae Stang (1931-2005), Eliana Silva de Jesus (1964-2009), Nelson Rolihlahla Mandela (1918-2013) e Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997).

A área verde nº 06 do quarteirão 156, com 94.144,36 metros quadrados encontra-se ocupada pela Vila Ecológica e pela Vila Horta, sem remanescentes nativos que fomentem algum espaço público com fins agroecológicos. Essas duas comunidades, por sua vez, poderão ser atendidas pelo Parque Agroecológico da Vila Corumbiara a ser implantado na área verde nº 07 do quarteirão 157, com 53.625,40 metros quadrados e, por último, outro parque urbano, na região do Conjunto Solar dos Rubis no espaço da área verde nº 08 do quarteirão 158, com 14.880,00 metros quadrados pode ser efetivado. Por fim, espaços de inclusão social, agroecologia, etnobotânica e economia solidária se mostram viáveis na região da antiga Fazenda do Jatobá, reformulando suas vocações e tradições no âmbito da urbanidade que se ecologiza. E dos mirantes da Serra do Jatobá, ecologia e inclusão serão avistadas vestindo a mesma camisa, unindo esforços, transformando gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Rafael; NASCIMENTO, Denise M.; GOULART, Fabrício. **Ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Praxis. Belo Horizonte. Jun/2016. Disponível em <<https://issuu.com/praxisufmg/docs/relato-ocupa-jun2016>> Acesso em 13. Ago. 2020

MURCHO, Desidério. **O marxista capitalista**. In: Blog Crítica na Rede. Disponível em <<http://blog.criticanarede.com/2010/01/o-marxista-capitalista.html>> Acesso em 13. Ago. 2020

BRASIL ESCOLA. **Geografia Econômica: Capitalismo Financeiro**. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/geografia/capitalismo-financeiro.htm>> Acesso em 13. Ago. 2020

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **AUDIÊNCIA PÚBLICA: Centro de Vivência Agroecológico será tema de discussão**. Disponível em <<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2013/12/centro-de-viv%C3%Aancia-agroecol%C3%B3gico-ser%C3%A1-tema-de-discuss%C3%A3o>> Acesso em 13. Ago. 2020

CENTRO DE ECOLOGIA INTEGRAL. **Pensar globalmente, agir localmente: Nascentes do Arrudas pedem Socorro**. In: Revista Ecologia Integral. Disponível em

<<http://www.ecologiaintegral.org.br/RevEcologiaIntegral11.pdf>> Acesso em 13. Ago. 2020

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS. **Nota pública sobre as ocupações urbanas da região do Barreiro.** Disponível em <<https://dp-mg.jusbrasil.com.br/noticias/431713886/nota-publica-ocupacoes-urbanas-da-regiao-do-barreiro>> Acesso em 13. Ago. 2020

DIAS, Maria Tereza Fonseca et al. **Ocupações urbanas em Belo Horizonte e a (re)construção espacial da cidade: um estudo de caso da ocupação Camilo Torres.** In: Revista de Ciências HUMANAS, Florianópolis, v. 49, n. 2, p. 205-223, jul-dez 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/2178-4582.2015v49n2p205/30847>> Acesso em 13. Ago. 2020

ECOSOL BRASÍLIA. **O que é uma Economia Solidária?** Disponível em <<https://www.ecosolbasebrasil.com.br/index.php/economia-solidaria/videos/o-que-e/>> Acesso em 13. Ago. 2020

ECOSOL BRASÍLIA. **Características da Economia Solidária.** Disponível em <<https://www.ecosolbasebrasil.com.br/index.php/economia-solidaria/videos/caracteristicas/>> Acesso em 13. Ago. 2020

FERREIRA, Diego Vales Deslandes; JAYME, Juliana Gonzaga. **As interações entre um movimento social e os moradores da ocupação Eliana Silva na região do Barreiro em Belo Horizonte.** In: DOSSIÊ: DISPUTAS POLÍTICO-CONCEITUAIS SOBRE A GOVERNANÇA DAS METRÓPOLES, Cadernos Metrópole, vol. 21 nº. 45, São Paulo Mai/Ago. 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-99962019000200573&script=sci_arttext> Acesso em 13. Ago. 2020

GALERA, Izabella; FONSECA, Helena D'Agosto Miguel; In: Anais XVIII ENANPUR – Encontro nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. ANPUR, Natal/RJ, 2019. **OUTRAS FORMAS DE (RE)EXISTÊNCIA: Direito à cidade e agroecologia a partir da produção do espaço nas ocupações urbanas.** Disponível em <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=881>> Acesso em 13. Ago. 2020

INSTITUTO NENUCA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – INSEA. **Belo Horizonte debate economia da circularidade.** Disponível em <<http://www.insea.org.br/belo-horizonte-debate-economia-da-circularidade/>> Acesso em 13. Ago. 2020

LONDRES, Flavia; PETERSEN, Paulo; MARTINS, Gustavo (organização) Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil). **Olhares agroecológicos: análise econômico-ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros**. 1ª. ed. - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017. 192 p. In: Brasil Agroecológico. Disponível em <http://agroecologia.gov.br/sites/default/files/publicacoes/2_livro_Olhares-Agroecologicos_web.pdf> Acesso em 13. Ago. 2020

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Origens da economia solidária**. Disponível em <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_origem.asp> Acesso em 13. Ago. 2020

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Conceitos da economia solidária**. Disponível em <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp> Acesso em 13. Ago. 2020

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conheça os novos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU**. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>> Acesso em 13. Ago. 2020

PLAMBEL - PLANEJAMENTO DA REGIAO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE. **Parques e Áreas de Proteção Ambiental da RMBH: versão preliminar**. Belo Horizonte, PLAMBEL, dezembro de 1987. 334 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **PBH transforma área degradada em centro de agroecologia e educação ambiental**. Disponível em <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-transforma-area-degradada-em-centro-de-agroecologia-e-educacao-ambiental>> Acesso em 13. Ago. 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Fundação de Parques e Zoobotânica - Parque Carlos de Faria Tavares (Parque Vila Pinho)**. Disponível em <<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-de-parques-e-zoobotanica/informacoes/parques/parque-carlos-de-faria-tavares>> Acesso em 13. Ago. 2020

SITE DO BIÓLOGO. **Caracterização e Contextualização da Etnobotânica**. Disponível em <<https://biologo.com.br/bio/etnobotanica/>> Acesso em 13. Ago. 2020

SITE NÓS DA COMUNICAÇÃO. **ECONOMIA CIRCULAR: O CONSUMO SUSTENTÁVEL QUE FAZ UM MUNDO MELHOR**. Disponível em

<<https://nosdacomunicacao.com.br/economia-circular-o-consumo-sustentavel>>
Acesso em 13. Ago. 2020

SITE POLITIZE. **Origens do sistema capitalista.** Disponível em
<<https://www.politize.com.br/sistema-capitalista-origem/>> Acesso em 13. Ago. 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Projeto da Escola de Arquitetura da UFMG une pautas ambientais e pela luta à moradia.** Disponível em
<<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/projeto-da-escola-de-arquitetura-da-ufmg-une-pautas-ambientais-e-pela-luta-a-moradia>> Acesso em 13. Ago. 2020